

GÊNERO E RESISTÊNCIA FRENTE AOS MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL

FROZA, A, D¹; MATIAS, T, C, C².

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as mulheres têm sido sistematicamente colocadas em uma posição de subordinação, tendo sua identidade, direitos e autonomia negados ou minimizados. Em diversas culturas e contextos sociais, a construção da feminilidade foi atrelada à ideia de fragilidade e dependência, restringindo a atuação das mulheres a papéis tradicionalmente doméstico e maternos (Moterani & Carvalho, 2016). Dentro da história brasileira há uma construção colonialista, sexista e racista. A história das mulheres pode-se revelar através de um esforço de ocultação, isto é: a ocultação das formas de violência à mulher e a ocultação das formas de resistência da mulher aos processos de violência (LAZARI, 1991). A luta de classes propriamente dita, não emancipa as mulheres. Quer se trate de comunistas, trotskistas ou maoistas, há sempre uma subordinação da mulher ao homem (LAZARI, 1991). Se o feminismo apresenta demandas extremamente radicais e consegue impô-las, nesse momento representará uma ameaça real ao sistema.

A misoginia, enquanto manifestação dessa opressão estruturada, naturaliza comportamentos e discursos que desvalorizam as mulheres, legitimando violências de diversas ordens – psicológica, física, sexual, econômica e institucional. Esse fenômeno influencia não apenas o cotidiano das mulheres, mas também a forma como a sociedade lida com a violência de gênero, refletindo-se na culpabilização das vítimas e na impunidade dos agressores. Sob essa lógica, a mulher frequentemente é percebida como um “outro” a ser moldado conforme as expectativas de um modelo social machista, reforçando padrões de dominação e controle. Como menciona SILVA, S. G. DA (2010):

“A violência que a mulher sofre está no seu dia a dia, incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da nossa sociedade, de homens, mas também de mulheres, que legitimam a

¹Alinne Daniele Froza. Acadêmica do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade de Apucarana – FAP. Apucarana – PR. 2025. alinnefroza@gmail.com

²Thaila Caroline Cardoso Matias. Orientadora da pesquisa. Docente do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade de Apucarana – FAP. Apucarana – PR. 2025. thailacarolinecardosomatias@gmail.com.

subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino. A violência contra as mulheres está velada no

mascaramento e na subordinação da nossa linguagem cotidiana, no uso de expressões e de diversos jogos de linguagem, nas palavras de duplo sentido, na criação de referências para dar conta de uma realidade que não é a mais condizente com o seu papel na sociedade, também na criação de estereótipos que moldam formas singulares de preconceito e discriminação através de personagens da vida cotidiana (SILVA, S. G. DA, 2010).”

Em uma sociedade cisheteropatriarcal, as mulheres – em suas diversas formas de expressão de gênero – estão cotidianamente expostas a inúmeras violências de gênero, que ocorrem exclusivamente pelo fato de “serem mulheres” (CARVALHO; FERREIRA, 2024). Tal violência não se manifesta, necessariamente, de forma explícita; pode assumir contornos simbólicos e velados, tornando-se perceptível quando a mulher é reiteradamente questionada ou colocada a prova, não por critérios objetivos ou justificáveis, mas unicamente em razão de seu gênero.

2. OBJETIVO

O presente estudo tem por objetivo analisar de que forma a subordinação feminina e o patriarcado operam na sociedade contemporânea, investigando os mecanismos que sustentam essas estruturas e a maneira como as mulheres os percebem e vivenciam em diferentes contextos. Busca ainda identificar os principais fatores que contribuem para a perpetuação da desigualdade de gênero, evidenciando como a misoginia e as múltiplas formas de violência — física, psicológica, sexual, patrimonial e simbólica — reforçam a dominação patriarcal e limitam a autonomia feminina. Além disso, pretende questionar criticamente o lugar que a sociedade reserva às mulheres, discutindo as implicações sociais, culturais e políticas desse processo de subordinação.

3. METODOLOGIA

Este estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica narrativa, construída a partir da análise de livros, artigos científicos e publicações acadêmicas que abordam as questões de gênero, o patriarcado e a violência contra a mulher. Foram consideradas produções contemporâneas, selecionadas com base em sua relevância para a temática e disponibilidade em bases digitais e bibliotecas

acadêmicas, contemplando tanto obras nacionais quanto traduções de autores de referência internacional. A escolha desse método justifica-se pela possibilidade de reunir diferentes perspectivas teóricas e críticas sobre a subordinação feminina e os mecanismos de perpetuação da dominação patriarcal, permitindo a identificação de como esses processos têm sido compreendidos e discutidos ao longo do tempo. A partir da leitura e análise do material selecionado, buscou-se sistematizar os principais conceitos e argumentos apresentados pelos autores, de modo a construir uma reflexão crítica que evidenciasse não apenas a persistência histórica da desigualdade de gênero, mas também os desafios atuais para sua superação, destacando o papel da Psicologia e das políticas públicas no enfrentamento dessa problemática.

4. DESENVOLVIMENTO

A feminilidade foi associada a um conjunto de atributos como recato, docilidade e uma receptividade passiva, principalmente em relação aos desejos e necessidades dos homens e, em seguida, dos filhos (Kehl, 2008).

Esse olhar patriarcal foi reforçado por diversas esferas sociais, como cientistas, filósofos, religiosos e médicos, que sustentavam que o lugar da mulher deveria ser restrito ao lar e à maternidade. Rousseau, filósofo de grande influência, por exemplo, afirmou que a mulher, em seu “estado natural”, deveria ser especialmente domesticada para que seus desejos fossem controlados, de modo a não se desviarem do ciclo biológico (Kehl, 2008). Tal pensamento reflete a perspectiva patriarcal vigente na época – e não apenas naquela época, como podemos ver ainda hoje.

“Entre a mulher e o homem nunca houve uma partilha do mundo em igualdade de condições. Do ponto de vista econômico, homens e mulheres constituem como duas castas. Porém, são eles que continuam tendo situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito, ocupando os lugares mais importantes, seja na indústria, seja na política. São os poderes concretos que possuem e que se ampliam e buscam sua perpetuação através de todo um processo de socialização das gerações mais jovens (LAZARI, 1991).”

O silêncio das mulheres perdurou por muito tempo, e essa persistência de um sistema patriarcal e misógino é refletida no elevado número de vítimas de violência de gênero. Isso nos leva a questionar: é mais plausível continuar compactuando com

esse sistema do que buscar alternativas para reduzir esse cenário vergonhoso? Isso implica em recusar o feminismo carcerário e punitivo, que se satisfaz com uma abordagem judicial das violências, sem questionar a morte das mulheres, apresentadas como “naturais”, como se fosse um fato cultural ou uma “triste contingência” nas nossas democracias (Vergès, 2019).

Como abordado por Souza; Souza, (2019) um dos grandes desafios do Estado é articular e monitorar as políticas públicas de enfrentamento à violência. Há dificuldades na interação das diferentes frentes de intervenção, como: precariedade de recursos, sobrecarga de atividades, falta de profissionais, tratamentos e intervenções inadequadas, preconceitos e representações tradicionais sobre gênero nas instituições e por parte das/os agentes de trabalho, falta de espaços apropriados e tempo para intervir, falta de capacitação e a banalização da violência pelas/os próprias/os usuárias/os, profissionais e instituições.

5. CONCLUSÃO

Dessa forma, a psicologia, como ciência voltada para o estudo do comportamento humano e das interações sociais, desempenha um papel crucial na desconstrução de paradigmas que sustentam a desigualdade de Gênero. Além disso, a violência contra a mulher, seja ela física, psicológica, sexual ou patrimonial, demanda a atuação de profissionais da psicologia em diversas instituições de atendimento direto, como CRAS, CREAS, unidades de saúde, hospitais e centros de referência da mulher. Diante desse contexto, torna-se fundamental fomentar debates sobre essa temática não apenas entre profissionais já formados, mas também entre graduandos do curso de psicologia. Essa discussão permite que os futuros profissionais adquiram conhecimento teórico e prático, desenvolvam embasamento técnico e se preparem para atuar de forma qualificada no enfrentamento dessa demanda.

6. REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marselle Nobre de; FERREIRA, Giovana Maria Mourinho. Caminhos da Rede e as Histórias de Sete Mulheres Vítimas de Violência em Londrina-Paraná. Londrina, PR, 2024.

CHAGAS, Isabelle Caroline Damião. Maria Aparecida Moura, entre habitar mundos e fincar bandeiras. In: FREITAS, Viviane Gonçalves (org.). Intelectuais negras: vozes que ressoam. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2019. p. 15–34.

DE CASTRO, Elaine; DE OLIVEIRA, Ulisses Tadeu Vaz. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. Entretextos, Londrina, v. 22, n. 3, p. 25-45, 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Pensamento feminista brasileiro: uma abordagem plural. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 223–238.

KEHL, Maria Rita. Deslocamentos do Feminino. 2. ed. São Paulo: Editora Imago, 2008.

LAZARI, Joana Sueli de. Inferioridade feminina: o (des)enredo da violência. Rem:Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 7, n. 10, 1991.

MOTERANI, Giovana Maria B.; CARVALHO, Fátima M. D. Misoginia: A Violência Contra a Mulher numa Visão Histórica e Psicanalítica. Avesso do Avesso, v. 14, n. 14, p. 167-178, 2016.

SBICIGO, J. B.; BANDEIRA, D. R.; DELL'AGLIO, D. D. Escala de Autoestima de Rosenberg(EAR): validade fatorial e consistência interna. Psico-USF, v. 15, n. 3, p. 395–403, set. 2010.

SILVA, Airton Marques da. Metodologia da pesquisa. 2. ed. rev. Fortaleza: EDUECE, 108 p, 2015.

SILVA, Franciele Costa. “Não vim pra ser sozinha”: sobre a vivência de mulheres negras na universidade, silêncio, possibilidades de fala e coletividade. Caderno Humanidades em Perspectivas, Curitiba, v. 8, n. 19, p. 114-126, 2024.

SILVA, S. G. DA.. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 30, set. 2010.

SOUZA, M. C. G.; SOUZA, T. M. C. Psicologia e políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres: experiências de universitárias. Psicologia Revista, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 125–149, 2019. VERGÈS, Françoise. Um Feminismo Decolonial. São Paulo: Editora Ubu, 2019.